



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

www.mppe.mp.br - tel (81) 3182.7000

Procuradoria Geral de Justiça

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Infância e Juventude

Av Suassuna, 99, Edf. Paulo Cavalcanti - Bairro Boa Vista, CEP 50.050-540, Recife / PE. / Fone: (81) 99240-1365 .

Caso responda esse ofício, indicar expressamente o número do processo SEI MPPE.

**SEI MPPE NUP:** 19.20.0266.0004195/2024-42 **DOCUMENTO:** 0885648

**OFÍCIO Nº** 10/2024 - PGJ/GABPGJ/CAOPIJ

Recife, 04 de março de 2024.

**Exmos. Promotores e Exmas. Promotoras de Justiça,**

Cumprimentando-os cordialmente, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude, com o objetivo de contribuir com a atuação ministerial de Promotores e Promotoras de Justiça que fiscalizam os Fundos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, vem encaminhar, para conhecimento e análise de possíveis providências, o relatório **“Síntese das Situações dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente em Pernambuco”**, elaborado pela Receita Federal do Brasil, o qual indica a situação de regularidade ou irregularidade dos FIA, por município.

**No referido documento, observa-se que atualmente 23 municípios pernambucanos constam como INAPTOS na DIRPF2024 e ainda que 56 municípios não estão constando como aptos nem inaptos, portanto demandam verificação de possíveis pendências ou inconsistências.** É possível consultar diretamente no documento anexo a situação de cada município bem como, no caso dos inaptos, a motivação.

No ensejo, ressaltamos a celebração do **Acordo de Cooperação Técnica nº 6/2023**, firmado entre a Superintendência da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal e o Ministério Público de Pernambuco, com vigência de 60 (sessenta) meses, em anexo, objetivando ação integrada interinstitucional. Destacamos que a Receita Federal informou disponibilizar apoio e toda a orientação necessária para a regularização dos FIA que ainda permanecem com irregularidades ou inconsistências, o que pode ser solicitado pelo(a) Presidente(a) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através do e-mail [cidadaniafiscal.pe.srrf04@rfb.gov.br](mailto:cidadaniafiscal.pe.srrf04@rfb.gov.br). Ainda, segue link para video explicativo sobre o processo de regularização dos fundos, que poderá ser encaminhado por Vs. Exas. aos respectivos conselhos de direitos:  
<https://www.youtube.com/watch?v=Twf-mgzwpc0&t=>

Também reiteramos as orientações e materiais já encaminhados com a Ciranda de Notícias n. 31/2023, de 08/08/2023, bem como Ofício Circular nº 011/2023, de 05/09/2023, uma vez que os fundos que não estiverem constando como regulares não

estão aptos para receberem destinações nas Declarações do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, e, também, de outras fontes.

Diante do acima exposto, **sugerimos** que V. Exa. verifique com cuidado a situação do seu município, e, se for o caso, adote as medidas pertinentes para provocar a regularização do Fundo da Infância, para o que modelos de ofícios e diversos outros instrumentos podem ser facilmente obtidas no drive compartilhado CAO INFÂNCIA - PEÇAS > INSTRUMENTOS JURÍDICOS > FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA (<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1Zm8KCFKiACSY3q3njxNtycJPLLEBrXHn>)

Este Centro de Apoio permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Aline Arroxelas Galvão de Lima

Promotora de Justiça

Coordenadora do CAOIJ-MPPE



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ARROXELAS GALVÃO DE LIMA**, **Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Infância e Juventude**, em 04/03/2024, às 13:55, conforme art. 2º, I, "b", da Resolução PGJ 011/2018, publicada no Diário Oficial Eletrônico do MPPE, de 07/06/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://mppe.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://mppe.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando-se o código verificador **0885648** e o código CRC **B30A7AA2**.